

A INTERFACE ENTRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FILOSOFIA: UMA INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO

Gleison Lima da Silva ¹

Universidade Federal do Piauí – UFPI – Castelo do Piauí-PI – Brasil

gleisonlimalima@gmail.com -

Resumo

O presente artigo investiga o papel preponderante do ensino de Filosofia no contexto educacional, fundamentado na concepção de que proporciona ferramentas essenciais para a compreensão crítica do mundo e o fomento de habilidades reflexivas nos estudantes. Contudo, a eficácia desse ensino é inextricavelmente ligada às políticas educacionais e à formação dos professores. A pesquisa concentra-se na interface entre tais políticas e a formação docente de Filosofia, especificamente no âmbito do ensino médio. As políticas educacionais emergem como elementos determinantes na configuração do ambiente educacional, exercendo influência direta sobre a implementação e alcance dos objetivos do ensino filosófico. No contexto do ensino médio, onde a formação dos estudantes é particularmente moldada, a compreensão da interação entre as políticas vigentes e a formação dos professores de Filosofia torna-se imperativa para a efetividade do processo educativo. A formação docente surge como peça fundamental nessa equação, desempenhando um papel mediador entre as políticas educacionais e a prática pedagógica. Investigar a qualidade e adequação dessa formação é essencial para compreender como os professores podem atender às demandas das políticas e promover uma experiência de aprendizado significativa. Dentro desse contexto, a pesquisa busca lançar luz sobre desafios, oportunidades e lacunas na interseção entre políticas educacionais e formação de professores de Filosofia no ensino médio, visando contribuir para o aprimoramento das práticas educativas e o alinhamento com os objetivos da educação filosófica neste nível de ensino.

Palavras-Chave: Políticas educacionais. Formação de professores. Ensino de Filosofia. Ensino médio.

Introdução

O papel crucial do ensino de Filosofia no contexto educacional é inquestionável, proporcionando aos estudantes ferramentas essenciais para a compreensão crítica do mundo e o desenvolvimento de habilidades reflexivas. No entanto, a efetividade desse ensino está intrinsecamente ligada às políticas educacionais e à formação de professores. Este artigo busca explorar a interface entre as políticas educacionais e a formação de professores de Filosofia, com foco na realidade do ensino médio.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Asunción- UAA, Mestre em Filosofia da Educação, pela Universidade Federal do Piauí, Graduado em Pedagogia, Filosofia e Letras, com Especialização em Psicopedagogia Institucional, Docência do Ensino Superior, Gestão Educacional, LIBRAS e Educação Infantil. E-mail: gleisonlimalima@gmail.com

Partimos da premissa de que, as políticas educacionais desempenham um papel determinante na configuração do cenário educacional, influenciando diretamente a implementação e o alcance dos objetivos do ensino de Filosofia. No âmbito do ensino médio, onde a formação dos estudantes é moldada de maneira significativa, compreender a interação entre as políticas educacionais vigentes e a formação dos professores de Filosofia torna-se crucial para a efetividade do processo educativo.

A formação de professores de Filosofia, por sua vez, é um posto-chave nessa equação. Como agentes mediadores entre as políticas educacionais e a prática pedagógica, os professores desempenham um papel central na implementação bem-sucedida do ensino de Filosofia no ensino médio. Nesse sentido, compreende-se que, investigar a qualidade e a adequação da formação oferecida aos professores torna-se essencial para compreender como eles podem melhor atender às demandas das políticas educacionais e, ao mesmo tempo, promover uma experiência de aprendizado significativa para os alunos.

Configura-se uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, respaldada teoricamente em contribuições de autores destacados, tais como KOHAN (2004), GONTIJO (2017), KRONBAUER (2008), CERLETTI (2008), GALLO (2012), entre outros. Neste contexto, visa lançar luz sobre os desafios, oportunidades e possíveis lacunas na interseção entre políticas educacionais e formação de professores de Filosofia no ensino médio. Ao analisar criticamente esses elementos, buscamos contribuir para o aprimoramento das práticas educativas, promovendo uma abordagem mais eficaz e alinhada com os objetivos da educação filosófica nesse nível de ensino. Portanto, ao longo deste artigo, apresentaremos uma análise da interface entre políticas educacionais e formação de professores de Filosofia, contextualizando as particularidades do ensino médio e identificando caminhos para fortalecer e otimizar essa importante dimensão do sistema educacional.

1- MAPEANDO A COMPLEXIDADE: INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FILOSOFIA.

O presente capítulo se propõe a explorar a complexa interação entre políticas educacionais e a formação de professores de Filosofia no âmbito do ensino médio. Em um contexto de constantes desafios e evoluções na educação, o mapeamento dessa complexidade visa aprofundar nossa compreensão das dinâmicas envolvidas nesse cenário, onde o termo "Mapeando a Complexidade" sugere uma investigação detalhada e holística desses fatores. A expressão "Integração" destaca a necessidade de alinhar estratégias governamentais e processos formativos para promover uma educação filosófica coesa.

Nesse contexto, pretendemos explorar possíveis lacunas na formação, bem como estratégias de aprimoramento que possam ser implementadas para melhor atender às demandas da educação filosófica, contribuindo para a construção de um diálogo construtivo sobre as práticas pedagógicas e políticas que impactam o ensino de Filosofia e o aprimoramento contínuo dessa disciplina no contexto do ensino médio.

1.1- A Presença da Filosofia nas Políticas Educacionais do Ensino Médio

A incorporação da Filosofia nas políticas educacionais do Ensino Médio é um tema de relevância singular, refletindo não apenas a busca por uma formação integral dos estudantes, mas também as dinâmicas e desafios inerentes ao cenário educacional contemporâneo, considerando seu papel na construção de uma educação reflexiva e crítica, bem como os impactos dessas políticas na formação dos estudantes do Ensino Médio.

No entanto, ao examinarmos a trajetória histórica do ensino de Filosofia no Brasil, observamos a preponderância de inúmeros desafios associados à legitimação e à consolidação dessa disciplina nas políticas educacionais e mais precisamente no currículo educacional médio. Esta trajetória tem sido caracterizada por um processo dinâmico de avanços e retrocessos, onde o estabelecimento ou a supressão da Filosofia como componente curricular foi notório.

No presente contexto, observamos ciclos distintos nos quais o ensino de Filosofia foi incorporado e legitimado como disciplina fundamental, alternados por períodos nos quais foi abruptamente excluído de sua matriz curricular. Este fenômeno evidencia a instabilidade inerente a essa evolução ao longo do tempo, configurando-se como uma narrativa irregular, caracterizada por uma dinâmica fluida e, ocasionalmente, volátil no âmbito das políticas públicas educacionais.

Contribuições significativas para a compreensão desta trajetória foram apresentadas por estudiosos como MAZAI & RIBAS (2001), KOHAN (2004), PINHO (2014), e SARDA (2018). Esses autores detalham diversos aspectos desse percurso histórico. Em particular, destaca-se o ano de 2008 como marco da última iniciativa mais assertiva, manifestada pela obrigatoriedade da inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio.

Conforme salientado por Santos (2019), desde a reintrodução da obrigatoriedade da disciplina de Filosofia no Ensino Médio, estabelecida pela homologação da Lei Nº 11.684, em 2 de junho de 2008, a prática docente enfrenta uma série de desafios. Dentre estes, destacam-se a desvalorização da Filosofia, manifestações de preconceito e a discriminação associada a ela enquanto componente do currículo escolar.

Recentemente, a implementação da contrarreforma do Novo Ensino Médio exemplifica em meio a contemporaneidade mais uma fase em que a Filosofia foi retirada da grade curricular, refletindo um persistente movimento para reduzir a relevância dessa disciplina no contexto educacional do ensino médio.

Essa oscilação histórica denota uma contínua luta pelo reconhecimento e preservação da Filosofia no âmbito da educação brasileira. Por outro lado, Ferreira e Rodrigues (2020) apontam que essa mudança demonstra ainda uma significativa perda de espaço anteriormente adquirido, pois, não ficou claro o papel e a relevância que a Filosofia assume nos documentos oficiais, haja vista que, após a contrarreforma proposta pela Lei 13.415/2017, o ensino de Filosofia se encontra diluído meramente nas competências e habilidades do itinerário formativo correspondente à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Frente a isso, GONTIJO,(2017), destaca que, o status da Filosofia na educação básica encontra-se intrinsecamente vinculado ao contexto globalizado e ao projeto político e econômico vigente no país, notadamente impactando de forma adversa as populações economicamente desfavorecidas. Este cenário se reflete não apenas na acessibilidade e permanência dessas populações nos sistemas educacionais, que idealmente devem ser públicos, gratuitos e de qualidade, mas também na própria essência das políticas públicas em execução.

Segundo o autor, o projeto político em questão incorpora, por um lado, princípios do neoliberalismo, preconizando uma progressiva redução da intervenção estatal na oferta de diversos serviços públicos, transferindo para a iniciativa privada a responsabilidade pela execução, gestão e outras atribuições nas políticas públicas. Por outro lado, manifesta-se um obscurantismo conservador que menospreza o valor atribuído às ciências e à filosofia, nos possibilitando entender que, uma agenda pública concernente ao ensino de Filosofia não pode se dissociar de uma agenda educacional popular, demandando uma análise minuciosa dos artifícios inerentes a esse projeto neoliberal e conservador, culminando na formulação de propostas alternativas fundamentadas e criteriosas.

1.2- Revisão Crítica na Formação dos Professores de Filosofia: Reconsiderando paradigmas.

A necessidade compulsória da inserção da disciplina de Filosofia no currículo do ensino médio brasileiro demanda uma cuidadosa reflexão acerca da formação do futuro docente desse domínio, especialmente considerando a iminente presença de numerosos estudantes oriundos dos cursos de Filosofia nas salas de aula, experimentando as diversas vicissitudes associadas ao ato de ensinar e aprender.

No contexto atual de capacitação nos cursos de Licenciatura em Filosofia, deparamo-nos com cenários nos quais a principal preocupação dos futuros professores reside nas metodologias de ensino que possibilitem a efetiva "transposição didática" do conteúdo filosófico para as aulas no ensino médio. Contrariamente, há uma percepção menos evidente em relação ao estudante, que teoricamente deveria manifestar disposição para a reflexão, leitura de textos e envolvimento com a produção filosófica.

De maneira sutil, subsiste a crença na existência de um modelo de subjetividade a ser seguido e estimulado, visando atingir um conhecimento autêntico. Não raramente, a máxima "tornar o aluno consciente e autônomo" figura entre os objetivos dos futuros educadores, como um desejo presumivelmente inerente ao processo de ensino da Filosofia. Contudo, tal concepção frequentemente carece de uma análise mais aprofundada em relação à sua aplicabilidade e eficácia no contexto educacional.

Conforme afirma Kronbauer (2008), um dos elementos preponderantes na performance dos estagiários em Filosofia, no decorrer do procedimento de elaboração das aulas destinadas aos estudantes do ensino médio, reside na atenção voltada para os conteúdos a serem transmitidos. Os conteúdos geralmente são trabalhados sob uma perspectiva em que "está implícito que o professor detém um conteúdo que ele transmite e que deve ser apropriado pelo aluno" (KRONBAUER, 2008, p. 236).

Essa perspectiva reflete a concepção tradicional do papel docente, na qual a autoridade do professor é central e a aprendizagem é concebida como um processo unidirecional de transmissão de informações. A citação sugere que, nesse contexto, a preocupação dos estudantes de filosofia, bem como de alguns professores da referida área, concentra-se na eficácia da transmissão e na expectativa de apropriação do conhecimento por parte dos alunos, ressaltando uma abordagem mais tradicional e centrada no professor de Filosofia do ensino médio.

Contudo, ao abordarmos a formação de professores de Filosofia, torna-se imperativo reconsiderar que a filosofia transcende a mera condição de componente curricular convencional, não se limitando à transmissão simplista por meio de metodologias rigidamente estruturadas. A obra *O que é filosofia?* publicada em 1991 na França por Gilles Deleuze e Félix Guattari, traz à tona um novo entendimento sob a concepção da filosofia. Para os autores, a filosofia, caracteriza menos a busca da verdade e muito mais a possibilidade de que se inaugure, no seu interior, uma nova imagem de pensamento. Nesse sentido, a filosofia pode ser apontada

como “a arte de criar conceitos”, opondo-se à filosofia clássica, como uma filosofia que pensa a partir de pressupostos e postulados.

Esses pressupostos e postulados, que se evidenciam como atributos singulares da filosofia, revelam que a disciplina possui uma identidade própria. Conforme Gallo (2012, p. 54), é possível identificar três características primordiais que definem a natureza da filosofia:

- 1- Trata-se de um pensamento conceitual: enquanto saber, ela é sempre produto de pensamento, é uma experiência de pensamento. Mas o que caracteriza a filosofia é que ela é uma experiência de pensamento que procede por conceitos, que cria conceitos, à diferença da ciência e da arte;
- 2- Apresenta um caráter dialógico: ela não se caracteriza como um saber fechado em si mesmo, uma verdade dogmática, mas como um saber que se experimenta, que se confronta consigo mesmo e com os outros, que se abre ao diálogo com outros saberes, um saber aberto e em construção coletiva;
- 3- Possibilita uma postura de crítica radical: a atitude filosófica é a da não conformação, do questionamento constante, da busca das raízes das coisas, não se contentando com respostas prontas e sempre colocando em xeque as posturas dogmáticas e as certezas apressadas.

Embora outras disciplinas do currículo do ensino médio também incorporem características associadas ao diálogo e à criticidade, a filosofia ostenta uma peculiaridade filosófica que a diferencia integralmente de outros domínios de conhecimento, seja no âmbito artístico ou científico, centrada precisamente no manejo do conceito. Deleuze e Guattari (1992, p.76), pensam a filosofia como “atividade filosófica produtora de conceitos que aguça a imaginação”. Para eles, a Filosofia é a própria vida ativa, e enquanto atividade contraria a ideia de contemplação imposta pelos documentos oficiais que fomentam o currículo do ensino médio da atualidade, uma vez que defende que o fazer docente do filósofo deve configurar uma ação de criação.

Segundo CERLETTI (2008, p.09):

A docência em filosofia convoca os professores e as professoras como pensadores e pensadoras, mais do que como transmissores acríticos de um saber que supostamente dominam ou como técnicos que aplicam estratégias didáticas ideadas por especialistas para ser empregadas por qualquer um, em qualquer circunstância.

Sendo assim, a formação de professores de filosofia no âmbito dessas reflexões nos traz uma inovadora visão que transcende paradigmas convencionais, propondo uma concepção da filosofia como um campo dinâmico e em constante devir, desafiando estruturas rígidas e estabelecendo uma abertura para a multiplicidade de pensamentos. Na formação docente, essa

perspectiva implica uma ruptura com modelos tradicionais, enfatizando a necessidade de cultivar um pensamento fluido e flexível.

Nesse contexto, os educadores são convidados a reconsiderar e explorar novas abordagens, promovendo uma interconexão entre o pensamento filosófico e práticas pedagógicas que incentivem a criatividade, a experimentação e a pluralidade de perspectivas, emergindo como um convite à reinvenção constante, promovendo um diálogo aberto com a complexidade do pensamento filosófico contemporâneo.

2- DESAFIOS NA ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE FILOSÓFICA NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO.

Segundo Azevedo (2010), a formação de professores no Brasil emerge como um desafio de magnitude significativa, demandando uma análise criteriosa das estruturas educacionais e políticas vigentes. Nesse sentido, a complexidade desse desafio reside na interconexão de diversos fatores, como a heterogeneidade dos contextos educacionais, a inadequação de políticas públicas, a escassez de recursos e a necessidade de atualização constante frente às demandas socioculturais em evolução.

Seguindo essa mesma fundamentação, pode-se dizer ainda que, a disparidade na qualidade dos programas de formação docente, aliada à falta de investimento e apoio institucional, contribui para a perpetuação de lacunas na preparação dos educadores. Além disso, a rápida evolução do cenário educacional demanda uma formação de professores que vá além da mera transmissão de conteúdos, englobando habilidades contemporâneas, competências socioemocionais e uma compreensão crítica das dinâmicas pedagógicas, pois segundo o referido autor:

A formação universitária dos professores não é somente uma necessidade da função educativa, mas o único meio de, elevando-lhes em verticalidade a cultura, e abrindo-lhes a vida sobre todos os horizontes, estabelecer, entre todos, uma vida sentimental comum e um espírito comum nas aspirações e nos ideais. (AZEVEDO et al., 2010, p. 59-60)

A partir de então, compreendemos que, a preparação acadêmica dos educadores transcende a mera exigência funcional, constituindo-se como a única via para enriquecer, de maneira vertical, sua bagagem cultural, além de proporcionar uma abertura de perspectivas em múltiplos horizontes. Este processo visa estabelecer, de maneira coletiva, uma vivência emocional partilhada e um entendimento comum nas aspirações e nos ideais. No entanto, a

integração entre as políticas educacionais e a formação pedagógica na esfera do ensino médio configura-se como um desafio intrincado e multidimensional.

Essa desconexão entre as diretrizes políticas e a implementação prática pode resultar em lacunas significativas na preparação dos professores de filosofia, comprometendo a eficácia do ensino, uma vez que é agravada pela falta de atualização dos currículos de formação docente filosófica, que muitas vezes não refletem as demandas contemporâneas da sociedade, dificultando a capacidade dos professores em abordar questões filosóficas pertinentes e dinâmicas.

Ricardo Navia (2005) aprofunda a discussão e amplia o leque dos desafios presentes na educação básica brasileira e que dificultam a formação docente e conseqüentemente o ensino de Filosofia, a saber: as péssimas condições materiais de muitas escolas; a falta de materiais e livros didáticos; as turmas superlotadas; a má remuneração aos professores e o excesso de trabalho; e o descaso com a busca de atualização e formação permanente de muitos professores. Segundo ele, a escassez de recursos e apoio adequados, incluindo materiais didáticos especializados e programas de desenvolvimento profissional, acentua ainda mais esses desafios, impactando negativamente a qualidade do ensino de filosofia no contexto do ensino médio.

Além disso, a diversidade de contextos educacionais no ensino médio, abrangendo variados ambientes socioeconômicos e culturais, amplifica a complexidade da articulação entre políticas e formação docente filosófica. Nesse cenário, precisamos também referenciar a Reforma do Novo Ensino Médio, advinda da legislação 13.415/2017, como uma política educacional que se apresenta como um desafio significativo e com repercussões desfavoráveis para a formação e atuação dos professores de filosofia no contexto do Ensino Médio, tendo em vista que, a reconfiguração estrutural proposta pela reforma, notadamente a flexibilização curricular e a ênfase em itinerários formativos específicos, introduz complexidades adicionais para os educadores de filosofia.

Essa abordagem, ao demandar uma reconfiguração nos métodos e conteúdos do ensino filosófico, suscita desafios na adaptação curricular e na promoção de práticas pedagógicas condizentes com as novas diretrizes. Tal cenário evidencia a necessidade de uma abordagem reflexiva e adaptativa na formação desses profissionais, a fim de mitigar os impactos negativos advindos das transformações estruturais no âmbito do Ensino Médio brasileiro.

De acordo com Ferreira e Rodrigues (2020), o cenário é de intimidação aos professores, desvalorização do trabalho das instituições, cortes na educação básica e superior,

implementação de reformas de ensino disfarçadas de melhorias, tudo isso, com o propósito de minar a qualidade da formação humana e profissional proporcionada aos estudantes das instituições de ensino público, representando um desafio adicional considerável para a formação e prática dos professores no campo específico mencionado.

Além disso, em decorrência da contrarreforma do Novo Ensino Médio, está prevista uma substancial diminuição na carga horária da disciplina de Filosofia, intensificando consideravelmente os desafios associados ao seu ensino nas escolas da rede pública. De acordo com Sousa (2017), a carga horária reduzida da disciplina é um fator preocupante que dificulta a realização da aula pelo professor, não muito raro, implicando em desmotivação por parte do docente, que presencia uma situação de desvalorização da sua disciplina, caracterizada por uma carga horária insatisfatória que compromete o trabalho filosófico desenvolvido com os estudantes.

Diante desse cenário, Souza (2017, p. 66) ressalta que o professor de filosofia, que há tempos confronta a questão do desemprego devido à irregularidade da disciplina na matriz curricular e à inadequação de profissionais de outras áreas ministrando a filosofia, enfrenta uma perspectiva ainda mais desafiadora com o aumento da Educação a Distância (EaD) e as transformações estruturais decorrentes da contrarreforma no ensino médio, indicando uma possível agravamento da situação.

Figueirêdo, Oliveira e Silva (2019) sustentam que a política de formação continuada do professor de filosofia emerge como mais um desafio diante do atual contexto educacional. Isso ocorre porque os programas de formação continuada tendem a se tornar mais deficientes devido à redução progressiva dos recursos públicos destinados à educação no Brasil, resultado da implementação da Proposta de Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu um congelamento de verbas públicas por duas décadas.

Conforme Figueirêdo, Oliveira e Silva (2019), o professor de filosofia, que historicamente enfrenta a marginalização no sistema educacional devido à inefetividade da disciplina na matriz curricular, se depara com uma situação ainda mais impactante diante da nova configuração da Contrarreforma do Ensino Médio. Nesse contexto, a perspectiva laboral para esses educadores torna-se mais desafiadora, pois o mercado de trabalho apresenta carência de oportunidades e as escassas vagas existentes ainda são preenchidas por profissionais não qualificados para lecionar a disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a interação entre políticas educacionais e a formação de professores de Filosofia no contexto do ensino médio revela desafios complexos e multifacetados. A configuração histórica da presença da Filosofia nas políticas educacionais, marcada por ciclos de inclusão e exclusão, reflete a instabilidade dessa disciplina no cenário curricular. A contrarreforma do Novo Ensino Médio, exemplificada pela Lei 13.415/2017, emerge como uma política desafiadora que impacta negativamente a formação e atuação dos professores de Filosofia, reduzindo a carga horária da disciplina e diluindo sua relevância.

No âmbito da formação de professores, a necessidade de reavaliar paradigmas tradicionais se torna evidente. A compreensão da Filosofia como uma atividade produtora de conceitos, dialógica e crítica, transcende o ensino convencional e demanda uma abordagem inovadora na formação docente. Contudo, a realidade apresenta lacunas na preparação dos educadores, com desafios como a falta de recursos, a heterogeneidade dos contextos educacionais e a desvalorização da disciplina.

A desconexão entre diretrizes políticas e prática pedagógica resulta em impactos negativos na formação dos professores de Filosofia. A Reforma do Novo Ensino Médio, ao introduzir alterações estruturais, impõe desafios adicionais na adaptação curricular e na promoção de práticas alinhadas às novas diretrizes. A diminuição da carga horária da disciplina, aliada à falta de investimento em formação continuada, agravam a situação, comprometendo a qualidade do ensino e a motivação dos professores.

Em meio a cortes de recursos e mudanças estruturais, os professores de Filosofia enfrentam uma perspectiva desafiadora, acentuada pela expansão da Educação a Distância (EaD). A política de formação continuada, essencial para atualização profissional, torna-se mais deficiente devido a limitações orçamentárias. A marginalização histórica da Filosofia na matriz curricular e a escassez de oportunidades no mercado de trabalho intensificam os obstáculos enfrentados pelos educadores. Assim, a articulação entre políticas educacionais e formação docente filosófica no ensino médio configura-se como um desafio crítico, exigindo uma análise aprofundada e a implementação de estratégias inovadoras para fortalecer e otimizar essa dimensão fundamental do sistema educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959) Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.
- CERLETTI, A. O ensino de filosofia como problema filosófico. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- DELLEUZE, Gilles, 1925- O que é Filosofia?/Gilles Deleuze, Félix Gattari; tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Afonso Muñoz. – Rio de Janeiro: ED 34, p.60 -76, 1992
- FIGUEIRÊDO, A. M.; OLIVEIRA, M. C. M. F.; SILVA, S. G. A política de formação continuada para professores de sociologia em tempos atuais: desafios frente à contrarreforma do ensino médio. Revista Cocar, v.13, n. 27, p.157-178, 2019.
- GALLO, Silvio. Metodologia do ensino de filosofia: Uma didática para o ensino médio/Silvio Gallo – Campinas, SP: Papirus, 2012.
- GONTIJO, Pedro. O ensino de Filosofia no Brasil: algumas notas sobre avanços e desafios. Perspectivas, v. 2, n. 1, p. 3-17, 2017.
- KOHAN, Walter Omar; GONTIJO, Pedro Erginaldo; Fávero, Altair Alberto; Ceppas, Filipe; Gallo, Silvio. O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. In: CADERNOS CEDES64: A filosofia e seu ensino. Campinas, vol. 24, n. 64, set/dez 2004b, p. 257-280.
- KRONBAUER, L. G. Problemas e perspectivas na formação de professores(as) de Filosofia. In: KUIAVA, E. A.; SANGALLI, I. J.; CARBONARA, V. (Org.). Filosofia, formação docente e cidadania. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2008. p. 235-249
- MAZAI, Norberto e RIBAS, Maria Alice Coelho. Trajetória do Ensino de Filosofia. *Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas*, Santa Maria, V.2, n.1, p.1-13, 2001.
- NAVIA, R. O ensino médio de Filosofia nas presentes condições culturais e sócias de nossos países. In: RIBAS, M.A.C. et al. (Org.) Filosofia e ensino: A Filosofia na escola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- PINHO, R.I.B.V. O Ensino da Filosofia no Brasil: Considerações Históricas e Político-Legislativas. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 757-771, jul./dez. 2014
- RODRIGUES, N. F.; FERREIRA, S. M. L. As implicações da Reforma do Novo Ensino Médio na prática e na formação docente em Filosofia. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v.13, n.1, p. 2020-2055, 2021.
- SOUZA, P. G. Inimigos Públicos: ensaios sobre a mercantilização da educação básica no Brasil. São Paulo: Usina editorial, 2017.